



Câmara Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2005.

Dispõe sobre a concessão de isenção extraordinária de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, de imóveis atingidos por enchentes, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam isentados do pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, os imóveis residenciais atingidos por enchentes no Município de Guanhanes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - A isenção será aplicável somente para o tributo relativo ao exercício fiscal em que ocorrer enchente que atingir o imóvel.

Parágrafo único: No caso da enchente ocorrer após o pagamento do tributo, o respectivo valor deverá ser abatido no exercício seguinte, quando do pagamento do IPTU.

Art. 3º - Serão beneficiados com a isenção estabelecida no artigo 1º, os contribuintes que provarem junto à Prefeitura Municipal o atendimento das seguintes condições:

- I – Ser imóvel de uso exclusivamente residencial;
- II – Ter o imóvel até 100 m² (cem metros quadrados) de área construída;
- III – Ter ficado impossibilitada de seu uso por mais de 02 (dois) dias, devidamente comprovado por Boletim de Ocorrência, ou outro meio idôneo;
- IV – Ser proprietário de um único imóvel;

Art. 4º - O contribuinte solicitante da isenção ora estabelecida deverá apresentar seu pedido, devidamente justificado e instruído com os requisitos e documentos estabelecidos, junto à Prefeitura Municipal de Guanhanes, no prazo máximo de até 30 dias após a enchente, sob pena de perda da isenção.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Guanhanes, aos 21 de março de 2005.

A Comissão de:
Finanças, Orçamento e
Tomada de Contas
Sala das Sessões 21/03/05


PRESIDENTE

Daniel Menezes Leão
Presidente da Câmara


Antônio Fábio da Silva
Vereador

A Comissão de:
Legislação, Justiça e Redação
Sala das Sessões


PRESIDENTE
Daniel Menezes Leão
Presidente da Câmara

Aprovado em 12 e 2a discussao
Sala das sessões 18/04/2005

Paulo
PRESIDENTE

A SANÇÃO

Sala das sessões 19/04/05

Paulo
PRESIDENTE

Dispos sobre a concessão de isenção extraordinária de IPTU -
Imposto Predial e Territorial Urbano, de imóveis atingidos por
enchentes, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Guanabara, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito
Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam isentados do pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial
Urbano, os imóveis residenciais atingidos por enchentes no Município de Guanabara,
Estado de Minas Gerais.

ARECER DA COMISSÃO DE

07/09/2005 003 2005
Após analisarmos o Projeto de Lei nº

SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO nesta data o devolvermos à MESA
DIRETORA para as considerações finais. Sala das Sessões da Câmara Mun
de Guanabara aos 18 de abril de 2005

PRESIDENTE Paulo

MEMBRO EFETIVO Domestiano de Almeida Lyballe

MEMBRO EFETIVO Paulo

ARECER DA COMISSÃO DE

Legislação Jurídica e Redação
Após analisarmos o Projeto de Lei nº 003 2005

SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO nesta data o devolvermos à MESA
DIRETORA para as considerações finais. Sala das Sessões da Câmara Mun
de Guanabara aos 18 de abril de 2005

PRESIDENTE Paulo

MEMBRO EFETIVO Domestiano de Almeida Lyballe

MEMBRO EFETIVO Paulo

Sala das sessões da Câmara Municipal de Guanabara, aos 21 de março de 2005.

Antônio Fábio da Silva
Tribunador



Câmara Municipal de Guanhões

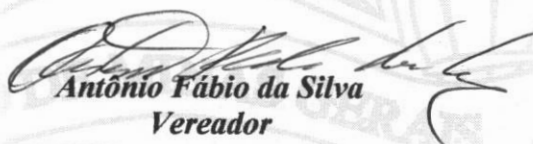
ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei, tem por finalidade e escopo atender a real necessidade de atenção do Poder Público Municipal para com a população atingida por enchentes no nosso Município.

Conforme se vê do corpo do projeto em tela, serão beneficiados exclusivamente imóveis residenciais de baixo valor, e que por consequência são habitados pela parcela mais pobre de nossa população, o que tornará os custos da isenção muito pequeno, em vista do benefício auferido.

Sendo estas as considerações necessárias para justificar o presente projeto, pugnamos pela sua apreciação e aprovação, por esta Casa de Leis.


Antônio Fábio da Silva
Vereador